

SUMÁRIO

1

SOCIEDADE E RISCO	19
1.1. Histórico e características da “sociedade global de risco”	19
1.1.1. Contextualização do risco na sociedade contemporânea	19
1.2. O paradoxo risco-desenvolvimento	30
1.3. Uma discussão tão atual quanto permanente	37
1.3.1. Impacto tecnológico, globalização, massificação e consumismo.	37
1.3.2. Proteção do fabricante e do consumidor perante os novos danos.....	41
1.4. Conclusões iniciais e enquadramento dos riscos do desenvolvimento no âmbito da responsabilidade civil	44

2

RISCOS DO DESENVOLVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES	53
2.1. Introdução	53
2.2. Definição e diversidade conceitual.....	54
2.3. Direito brasileiro e direito estrangeiro.....	61
2.3.1. Legislação brasileira – breves acenos.....	61
2.3.2. União Europeia – A Diretiva 85/374/CEE e a Diretiva 2024/2853 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia	64
2.3.3. Direito francês	77
2.3.4. Direito italiano	83
2.3.5. Direito português.....	87
2.3.6. Direito espanhol.....	91
2.3.7. Direito argentino.....	95
2.3.8. Direito norte-americano	99

2.4. Casos históricos.....	115
2.4.1. Talidomida – o caso mais emblemático.....	116
2.4.2. Dietilestilbestrol (DES).....	124
2.4.3. Amianto.....	128
2.4.4. Implantes mamários.....	129
2.4.5. De Havilland Comet 1.....	131
2.4.6. Airbags Takata.....	135
2.4.7. Outras hipóteses dignas de nota.....	138
2.5. Conclusões e um olhar para o futuro.....	141

3

SIGNIFICADO JURÍDICO DOS RISCOS DO DESENVOLVIMENTO	145
3.1. As sobrepostas e diversas colocações jurídicas.....	145
3.1.1. Riscos do desenvolvimento e defeito.....	146
3.1.2. Riscos do desenvolvimento e caso fortuito e força maior.....	150
3.1.3. Riscos do desenvolvimento e fortuito interno.....	154
3.1.4. Riscos do desenvolvimento e sua relação com a responsabilidade objetiva.....	160
3.1.5. Riscos do desenvolvimento e vício oculto.....	164
3.1.6. Conclusões iniciais.....	166

4

RISCOS DO DESENVOLVIMENTO NO PLANO DO DIREITO DO CONSUMIDOR.....	169
4.1. As formulações do Código de Defesa do Consumidor.....	169
4.1.1. Conceito jurídico de consumidor e de fornecedor.....	169
4.1.2. Conceito de produto e de serviço.....	173
4.2. Produtos e imperfeições.....	177
4.2.1. O produto considerado defeituoso.....	180
4.2.2. Circunstâncias relevantes ao produto defeituoso.....	183
4.2.2.1. A apresentação do produto.....	184
4.2.2.2. O uso e os riscos que razoavelmente se esperam do produto	186
4.2.2.3. A época em que o produto foi colocado em circulação.....	189

4.2.3. Defeito e periculosidade	195
4.2.3.1. Produto sem defeito e sem periculosidade	196
4.2.3.2. Produto sem defeito e com perigo (periculosidade inerente ou latente).....	197
4.2.3.3. Produto com defeito e com perigo (periculosidade adquirida)	201
4.2.3.4. Produto com defeito e sem periculosidade	202
4.2.4. Classificação dos defeitos	203
4.2.4.1. Defeitos de concepção/projeto	204
4.2.4.2. Defeitos de produção/fabricação	208
4.2.4.3. Defeitos de comercialização/informação	211
4.2.4.4. Defeitos intrínsecos e defeitos extrínsecos	213
4.3. A responsabilidade civil e os defeitos do produto.....	215
4.3.1. Elementos da responsabilidade civil do fornecedor	215
4.3.1.1. Conduta.....	216
4.3.1.2. Nexo causal	218
4.3.1.3. Dano.....	220
4.3.2. Responsabilidade pelo fato do produto ou serviço	224
4.3.3. Causas de exclusão de responsabilidade do fornecedor	225
4.3.3.1. Não colocação do produto no mercado	226
4.3.3.2. Inexistência de defeito	228
4.3.3.3. Culpa exclusiva da vítima ou de terceiro.....	229
4.3.3.4. Caso fortuito ou força maior	231
 5	
A EXCEÇÃO PELO ESTADO DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA	233
5.1. Um debate antagônico	233
5.1.1. Notas iniciais e recapitulação	233
5.1.2. Risco e suas acepções no direito civil.....	234
5.2. Elementos da exclusão de responsabilidade pelos riscos do desenvolvimento	239
5.2.1. Defeito.....	239
5.2.2. Incognoscibilidade do defeito e o momento de julgamento	240
5.2.3. O estado dos conhecimentos científicos e técnicos	243

5.2.4. Ônus da prova.....	251
5.3. Fundamentos da excludente de responsabilidade	253
5.3.1. Argumentos favoráveis à exceção.....	253
5.3.2. Argumentos contrários à exceção.....	263
5.4. Conclusões: o atual estado da arte da exceção pelo estado da ciência e da técnica	272

6

RISCOS DO DESENVOLVIMENTO NO PLANO DA SOCIALIZAÇÃO DOS DANOS	283
---	------------

6.1. A insuficiência do direito civil no tratamento dos riscos do desenvolvimento	283
6.2. A função do Estado perante os riscos do desenvolvimento	289
6.3. A distribuição e a socialização dos riscos-danos do desenvolvimento..	293

CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES DE <i>LEGE FERENDA</i>	301
--	------------

REFERÊNCIAS	307
--------------------------	------------